UM OUTRO OLHAR SOBRE A TRADUÇÃO LÉSBICA NO BRASIL – ENTREVISTA COM MÍRIAM MARTINHO

Entrevista concedida por e-mail a Dennys Silva-Reis e Jânderson Albino Coswosk nos dias 29 de maio e 18 de junho de 2025.

DSR: Míriam, muito obrigado por nos conceder essa entrevista.

JAC: Agradeço igualmente esse diálogo e gostaríamos de pedir que você pudesse se apresentar.

MM: Claro! Nasci no Rio de Janeiro, mas cresci em São Paulo, sendo paulistana de coração. Estudei música e artes plásticas, me formei em tradução pela Associação Alumni e em Letras pela Universidade de São Paulo. Sou uma das fundadoras do Movimento Lésbico no Brasil, tendo cofundado as primeiras entidades lésbicas brasileiras, a saber, Grupo Lésbico-Feminista (maio 1979- jul. 1981), Grupo Ação Lésbica-Feminista (out.1981-mar. 1990) e Rede de Informação Um Outro Olhar (abril 1989-2009). Fundei também, com outros ativistas (gays e lésbicas), a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis - ABGLT (Curitiba, jan. 1985). Fui igualmente a propositora, em 1993, da inserção da palavra lésbica no nome dos encontros nacionais de homossexuais, proposta encampada pelos grupos de gays e lésbicas da época, e já presente no VIII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (Cajamar, SP) em setembro de 1993. Produzi e editei igualmente as primeiras publicações lésbicas de ativismo do país, como o fanzine *ChanacomChana* (1982-1987) e o boletim e posterior revista *Um Outro Olhar* (1987 até 2002). Produzi também o boletim sobre saúde lésbica *Ousar Viver* (1996-2002). Atualmente, produzo as páginas *Um Outro Olhar*[1] e *Contra o Coro dos Contentes*[2]. Encaminhei, ainda, pela *Rede de Informação Um Outro Olhar*, o primeiro projeto de saúde lésbica no Brasil em 1995, intitulado *Prazer sem Medo* e financiado pelo Ministério da Saúde. Desde o início de minha militância, participei, inclusive como organizadora, de encontros e eventos históricos tanto do Movimento Homossexual Brasileiro (depois LGBT) e do Movimento Feminista, quanto do incipiente Movimento Lésbico internacional, com destaque para: I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO-4-6/04/1980), II Congresso da Mulher Paulista (8-9/03/1980), primeira passeata com participação homossexual contra a repressão policial em São Paulo (13/06/80), manifestação lésbica no *Ferro's Bar* contra a discriminação (São Paulo, 19/08/83), 8ª Conferência do Serviço de Informação Lésbica Internacional (ILIS), em Genebra, na Suíça

1 Disponível em: http://www.umoutroolhar.com.br/.

2 Disponível em: https://www.contraocorodoscontentes.com.br/.

Míriam Martinho
Dennys Silva-Reis
Jânderson Albino Coswosk

ISSN: 1807 - 8214
Revista Ártemis, vol. XXXIX nº 1; jan-jun, 2025. pp. 393-403

(março de 1986), I Encontro Lésbico-Feminista Latino-americano e do Caribe (México, 1987), VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (EBLHO), em Cajamar, SP (set/1993); 17ª Conferência da ILGA (Associação Gay e Lésbica Internacional), de 18 a 25 de junho de 1995, e o IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (XIX EBGLT, SP, jan. 1997), de onde se originou a primeira passeata do então MGLBT, em São Paulo, desde a histórica manifestação de 13 de junho de 1980. Nos últimos anos, me dedico, além da produção de artigos para minhas páginas na Web, ao resgate da história da organização lésbica em sua interrelação com os movimentos feminista e de gays e lésbicas, tendo como guia minha vivência enquanto protagonista e testemunha ocular dos fatos, ancorada em permanente pesquisa no acervo da *Um Outro Olhar* e em outras fontes correlatas.

JAC: Muito obrigado por essa completa apresentação, Míriam. Bem, há 46 anos, o Grupo Lésbico-Feminista imprimiu ao então nascente Movimento Homossexual no Brasil um protagonismo dissidente e feminino, tensionando um espaço ainda marcado pela centralidade masculina. Em retrospectiva àquele período histórico, que avanços você enxerga nas pautas voltadas às mulheres lésbicas, sobretudo agora que essas discussões se inserem em debates mais amplos sobre 'mulheridades', incluindo, por exemplo, as vivências de mulheres trans?

MM: Houve avanços nas pautas lésbicas até o início deste século, meados dos anos 2000. Depois, com o avanço das teorias pós-modernas, a exemplo da *queer* e seus rebentos como o transgenerismo, iniciou-se um processo de grande retrocesso nas conquistas dos anos 80 e 90, principalmente. Todas as políticas baseadas em sexo e orientação sexual, dados objetivos, foram sendo substituídas pelas muito subjetivas questões de gênero, resultando numa perda de identidades, direitos e espaços para as mulheres, sobretudo para as lésbicas, e para os gays. Lésbicas têm sido particularmente afetadas por essa ideologia porque, de um lado, as que se identificam com características que se convencionou rotular como masculinas, vêm sendo convencidas de que de fato seriam homens e deveriam transicionar; de outro, porque os espaços lésbicos vêm sendo invadidos por transfemininas que se dizem lésbicas. Recentemente, no Reino Unido, a Suprema Corte local reestabeleceu o sexo feminino como definidor do que é ser mulher, como sempre foi, aliás, o que permitirá às mulheres, em geral, e às lésbicas, em particular, estabelecer limites aos que não são dados a respeitá-los. A população trans deve procurar identidade, direitos e espaços a partir da condição que construiu para si própria de livre e espontânea vontade em vez de querer direitos às custas dos direitos alheios. Certamente obterão mais aliados agindo assim. Infelizmente, no momento, por mais orwelliana que seja essa situação, lésbicas têm tido que ir à justiça para simplesmente poder se reunir sem a presença de homens. Na Austrália, por exemplo, o Lesbian Action Group foi à justiça para poder organizar encontros só para mulheres e teve seu pedido negado[3].

3 Nessa entrevista se pode ver um apanhado da situação: "The end of lesbian rights in Australia? | Interview with Lesbian Action Group". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZDRnSWpamOM.

ISSN: 1807 - 8214
Revista Ártemis, vol. XXXIX nº 1; jan-jun, 2025. pp. 393-403

DSR: Em abril de 1979, o *Lampião da Esquina* abriu espaço para um número especial com lésbicas do grupo SOMOS, momento em que essas mulheres falaram abertamente sobre sua sexualidade em um veículo de alcance nacional. Você considera esse episódio um marco na articulação pública do movimento lésbico? Que tipo de memória ele deixa em termos de impacto político, afetivo e coletivo no percurso da militância lésbica no Brasil?

MM: A matéria "Amor entre Mulheres", do número 12 do *Lampião da Esquina*, produzido pela jornalista Míriam Paglia, a partir de entrevistas com as mulheres do *Somos* e de outros grupos gays do ano de 1979, representou a gestação do que viria a ser o primeiro coletivo de militância lésbica brasileira, o subgrupo lésbico-feminista do *Somos*, que em maio de 80 virou *Grupo Lésbico Feminista* e durou até maio do ano seguinte. Sua importância se dá como marco de início da organização lésbica no Brasil, sem dúvida, mas seu impacto foi muito limitado em termos de articulação do movimento lésbico, inclusive porque o grupo teve uma existência muito breve. E, logo em seguida, já no segundo semestre de 81, o próprio movimento homossexual, que iniciara a todo vapor, de 78 a 80, começou a refluir a ponto de chegarmos, quando do retorno do poder aos civis, em 1985, a uma meia dúzia de grupos em todo o Brasil. Houve uma quebra do desenvolvimento do movimento nos anos 80 que impediu maiores articulações mesmo entre os grupos sobreviventes, como o GALF (Grupo Ação Lésbica Feminista). O tipo de marca afetiva da matéria do *Lampião da Esquina* que fica é a do pioneirismo, do primeiro passo.

JAC: Você acredita que a forma como o *Grupo Ação Lésbica Feminista* (GALF) se organizou e ocupou espaços, como na emblemática intervenção no *Ferro's Bar* em 1983, pode ser lida como uma espécie de "tradução política" de eventos como a Revolta de Stonewall? Que paralelos você vê entre esses momentos históricos em termos de impacto para o movimento LGBT+ brasileiro?

MM: Sim, me parece que o *happening* do *Ferro's* pode ser visto como uma tradução política da revolta de *Stonewall*, embora, como boa tradução, não literal. Ambos remontam ao papel importante que os bares e boates tinham para a população gay e lésbica (travestida ou não) como espaços de socialização e pegação. Estes bares e boates foram, por muito tempo, os únicos espaços onde gays, lésbicas e afins podiam existir simplesmente, embora ainda como marginais e sujeitos a maus-tratos tanto dos proprietários dos estabelecimentos, quanto da polícia. Que os dois eventos tenham ocorrido em bares é, portanto, o resultado natural do contexto histórico da marginalidade homossexual e, paradoxalmente, da revolução sexual e comportamental da Contracultura que inspirava os dissidentes sexuais a enfrentar a discriminação. A diferença entre *Stonewall* e o *Ferro's* se dá exatamente no aspecto quantitativo da repressão. *Stonewall* foi uma reação inclusive violenta contra mais uma batida igualmente violenta da polícia no bar controlado pela máfia. Gays, lésbicas e travestis se rebelaram porque não queriam de novo sair do bar de camburão como se fossem

bandidos. No *Ferro's* também houve alguma repressão antes do evento, porém bem mais *light*, contudo, não durante a intervenção, após se ter passado pelo porteiro. A intervenção adquiriu um caráter de *happening* ou, para usar uma tradução mais atual, uma espécie de *flash mob* que terminou numa negociação com os donos do bar. Pode ser vista também como uma precursora dos beijaços dos anos 90 em diante, quando gays e lésbicas faziam *flash mobs* beijoqueiros contra impedimentos a suas demonstrações de afeto em estabelecimentos comerciais. No entanto, vale salientar que esse cenário relativamente tranquilo se deu também pelo avanço do processo da redemocratização do Brasil, quando o incipiente movimento homossexual pode levar suas reivindicações, incluindo o fim da violência policial contra gays, lésbicas e travestis, por "atentado ao pudor", tanto ao governador de oposição Franco Montoro, eleito pelo voto direto depois de muitos anos de governadores biônicos, em 1982, quanto ao Secretário de Segurança Pública de SP, no início de 1983, obtendo deste último a promessa de que trabalharia para impedir esse tipo de abordagem hostil. Provavelmente, isso explica porque a polícia, mesmo convocada antes do evento do *Ferro's*, nada fez contra as integrantes do GALF, e sequer apareceu durante a manifestação. Também garantiram o final feliz da intervenção – a presença da grande imprensa, numa abordagem positiva da lesbianidade, rara ainda naquele período, e a mobilização de vários atores sociais, somada aos interesses comerciais dos donos do *Ferro's*, que se mostraram espertos o suficiente para perceber que valia mais a pena para eles parar de nos boicotar. Apenas três anos antes, porém, no final de 1980, a polícia, sob o comando de um delegado sensacionalista chamado Wilson Richetti, desenvolvera uma série de batidas nos bares lésbicos, incluindo o *Ferro's*, prendendo várias frequentadoras, nos moldes da batida em *Stonewall*, mas sem a parte da revolta. De fato, essas batidas policiais foram comuns tanto nos EUA quanto no Brasil, devido à marginalidade imposta à população homossexual, e tanto a revolta de *Stonewall* quanto a intervenção no *Ferro's*, apesar de suas diferenças, estiveram irmanadas pelo pioneiro espírito de rebelião contra nossa quase total ausência de cidadania naquele período.

DSR: Como se deu seu aprendizado da língua inglesa? E mais do que isso: como foi seu contato com a produção textual lésbica e feminista de outros países? Que impactos esse contato teve sobre sua prática como tradutora e sobre sua atuação política?

MM: Nos anos 80, eu fiz um curso específico de tradução (inglês-português) na Associação Alumni, e, nos anos 90, espanhol na USP. A produção lésbica e feminista de outros países foi um grande incentivo para o aprendizado dos dois idiomas, considerando minha atuação como ativista e a necessidade de traduzir textos para as publicações do GALF e da *Um Outro Olhar*. Fora a necessidade de comunicação com os grupos do exterior (tais como Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA), Serviço de Informação Lésbica Internacional (ILIS), Movimento Homossexual de Lima (MHOL), Colectiva Lésbica Feminista Ayuquelén) que, em geral, falavam inglês e/ou espanhol. Em particular, o ativismo que vinha desenvolvendo com muitos contatos

da América Latina foi fundamental para meu interesse em estudar espanhol, embora o curso na USP tenha me aberto perspectivas mais amplas.

JAC: A imprensa alternativa lésbica brasileira, com publicações como *ChanacomChana* e *Um Outro Olhar*, marca o início de uma escrita comprometida com a visibilidade lésbica. Essas iniciativas também articulam diretamente escrita, tradução e performatividade dissidente. Como se deu, para você, essa costura entre escrita, tradução e ativismo lésbico?

MM: A produção e a publicação dos títulos *ChanacomChana* (*CCC*, boletim) e *Um Outro Olhar* (*UOO*, boletim, revista) foram vigas-mestras de sustentação dos grupos que os produziram, não só porque configuravam um objetivo concreto a atingir, como também porque eram veículos de comunicação dos grupos com a população lésbica que não tinha outra forma de expressão, principalmente nos anos 80. A partir dos anos 2000, o título *Um Outro Olhar* migrou para a internet seguindo o caminho de boa parte das publicações impressas. Independente do suporte, essas publicações, apesar de também já analisadas do ponto de vista gráfico, tiveram a escrita como seu principal instrumento de trabalho ativista, onde as traduções foram incorporadas em textos e sobretudo nas notas sobre a militância internacional. Praticamente todas as edições do *CCC* e do *UOO* têm traduções de notícias do exterior sobre grupos homossexuais e sua luta por direitos. Em alguns casos, eu traduzia textualmente da fonte, em outros, reunia as informações e criava um texto em português. A tradução de artigos já era fundamentalmente textual.

DSR: Por que era importante falar ou noticiar a militância internacional? Isso legitimava um sentimento de união transnacional? Como você tinha acesso a esses textos internacionais?

MM: Era importante para trazer informações sobre o andamento dos direitos homossexuais em todo o mundo e, sim, na perspectiva de sentimento de união transnacional. O acesso a esses textos se dava através da troca do *CCC* e do *UOO* com organizações congêneres internacionais. Mesmo sem haver troca, nós recebíamos publicações nacionais e internacionais porque tanto o GALF quanto a UOO eram bem conhecidos.

JAC: Você sabe dizer se o mesmo acontecia fora, no exterior, com os grupos que você tinha vínculo? Eles chegaram a traduzir textos brasileiros no exterior? Ou a dar notícias do movimento lésbico no exterior?

MM: Textos não sei dizer, mas informar sobre a existência dos grupos (GALF-UOO) e do que nós fazíamos, sim, elas noticiavam.

DSR: No caso das traduções reproduzidas, havia algum tipo de interlocução direta com os veículos ou autores dos textos de partida? Como se deu o contato com essas fontes e como você negociava as possibilidades de publicação e circulação?

MM: Sim, geralmente havia interação direta com os autores e veículos dos textos que eu traduzia, uma vez que a maioria desses textos era extraída de publicações, principalmente boletins, com os quais tanto o GALF, quanto a Um Outro Olhar, mantinham correspondência e trocavam materiais. O que não havia eram autorizações formais quanto às traduções e sua publicação nos boletins. Bastava citar os créditos e enviar as traduções publicadas no *CCC* e *UOO* para os veículos onde os textos originais haviam sido publicados. A maioria das publicações não era comercial – a preocupação maior era com a circulação das informações para a mobilização social e, sobretudo, havia muita boa fé que o vento levou. Hoje tudo é mais formal, mas necessário para preservar direitos autorais.

JAC: Durante a tradução desses textos existia certo "tira dúvidas" de expressões ou palavras que você pedia mais explicações? Poderia dar alguns exemplos? E aproveitando: o *CCC* e o *UOO* trouxeram algum termo ou palavra que ficaram populares no Brasil devido a essas traduções? Poderia dar alguns exemplos?

MM: Os textos eram noticiosos, de linguagem jornalística e não apresentavam necessidade de "tira dúvidas". As adaptações eram simples, já que a tradutora também era ativista lésbica e familiarizada com a temática. Popular não digo, mas seguramente a palavra "lésbica" perdeu muito do seu estigma que ainda era bem forte nos anos 80.

DSR: Você era a única tradutora? Existiam outras? Se sim, poderia dar o nome delas e falar um pouco delas?

MM: Praticamente a única, mas, de cabeça, lembro de uma tradução que foi feita do italiano por uma das associadas do GALF ou da Rede de Informação *Um Outro Olhar*. Mas, infelizmente, não consegui localizar numa primeira abordagem.

JAC: Ao pensar em pautas específicas a traduzir e tornar mais acessível o conteúdo implícito no texto de partida, há aí uma estratégia política evidente. Você considera esse gesto parte do seu ativismo? Como foi feita a curadoria dos conteúdos? De que maneira você articula o fazer tradutório com a ampliação de acesso, visibilidade e memória para um público que, muitas vezes, está à margem da grande mídia?

MM: O conteúdo do *ChanacomChana* foi sendo definido na medida em que o boletim foi se desenvolvendo e ampliando seu público-leitor. Nos seus primeiros números, prevaleceu a perspectiva de diário de militância das integrantes do GALF e suas reflexões e depoimentos, apesar de já estarem presentes os embriões das seções que se tornariam fixas posteriormente. Quando o grupo se torna mais visível, com aparições

em debates públicos e inclusive na mídia, e inicia uma maior interação com a população lésbica, o *CCC* vai ampliando seus objetivos e tomando a configuração que, inclusive, exportou para o boletim *Um Outro Olhar* e mesmo a revista *Um Outro Olhar*. Em resumo, fundamentalmente, dar voz às vozes excluídas das lésbicas, tanto da mídia tradicional, quanto da mídia de outros movimentos, abordando diferentes aspectos de suas vivências, em especial através das entrevistas com mulheres de todo o Brasil, de seus depoimentos. Divulgar, através de informações de todo o mundo, o andamento dos direitos homossexuais nacional e internacionalmente. Produzir textos reflexivos sobre o ativismo nacional, internacional e as vivências lésbicas. Abrir espaço para a participação e a comunicação das lésbicas não-militantes no boletim através das seções de cartas, poesias e Troca-Cartas. Fazer um diário da própria militância dos grupos com vistas à preservação da memória do ativismo. As diferenças fundamentais em termos de conteúdo entre o *ChanacomChana* e o *Um Outro Olhar* boletim e, posteriormente, revista, é que o boletim *Um Outro Olhar* focará fundamentalmente a vivência lésbica e os direitos homossexuais, inclusive passando a fazer *clippings* dos jornais que abordavam essas temáticas, deixando a questão feminista em segundo plano; e a revista *Um Outro Olhar* abordará menos temas referentes à militância e passará a tratar de tópicos mais amplos de interesse das lésbicas, em particular as questões sobre saúde lésbica. Em todas essas publicações, incluindo o boletim *Ousar Viver*, sobre saúde lésbica, encartado na revista *Um Outro Olhar*, as traduções se encaixaram nos objetivos delas de dar visibilidade às lésbicas, informar sobre seus direitos, saúde e bem-estar, abrir um canal de expressão e comunicação para as sapatas.

DSR: Esse público-leitor do *Chana com Chana* não sabia línguas estrangeiras? Saberia dizer a esse respeito?

MM: Não tenho essa informação, mas boa parte da população brasileira não domina outros idiomas de uma maneira geral. Sem traduções, ficaria impossível informar o que ocorria no exterior em termos dos movimentos de gays e lésbicas.

JAC: Sobre os depoimentos: algumas dessas reflexões ou depoimentos repercutiram bastante depois de traduzido e publicado? Pode dar algum exemplo? Essas reflexões e depoimentos sofriam algum tipo de adequação, localização ou adaptação? Pergunto isso porque pode ter tido alguma vivência cultural lésbica que não era comum no Brasil. Ou se evitava falar de lésbicas muitos distantes culturalmente?

MM: Essas reflexões e depoimentos que cito eram de integrantes do próprio GALF. Posteriormente, de lésbicas de todo o Brasil. Todos escritos em português, sem necessidade de adaptação. O único depoimento do exterior foi de uma brasileira vivendo em Nova York, mas ela obviamente escreveu em português.

DSR: Entre as traduções que você já realizou, há alguma que considere especialmente significativa? Que tipo de influência você percebe de textos, boletins ou movimentos

internacionais no seu modo de traduzir? Como você enxerga as intersecções entre seu trabalho tradutório e essas correntes intelectuais e ativistas?

MM: Como lhe disse, na seção de notas Informes/Em Movimento, presente tanto nos títulos *ChanacomChana* como no *Um Outro Olhar*, há abundância de pequenas traduções do inglês e do espanhol para compor as notícias sobre o andamento dos direitos homossexuais e das mulheres. Há também traduções parciais em textos que produzi sobre ativismo lésbico, a exemplo das matérias *I Festival das Mulheres nas Artes* (CCC1), *Conferência Lésbica em Genebra* (CCC 10) ou *Seriam os Conflitos Naturais*, do livro **Ética Lésbica** (UOO 21). E integrais, como *Linguagem heteropatriarcal: o caso contra a homofobia* (UOO 15) e *Lesbianismo: Transgressão do Mandato Histórico ou diversidade para discriminadas úteis* (UOO 34). Entre outras. Gosto de todas, mas a primeira que fiz sobre o pensamento das feministas Antoniette Fouque e Dacia Maraini a respeito da lesbianidade, para a matéria *I Festival das Mulheres nas Artes* (CCC1), me dá muita nostalgia, talvez pela forma como as ideias delas me impactaram na época, dado que no Brasil havia até dificuldade de falar sobre o tema como mera opção sexual, imagine colocar as coisas de forma tão instigante como elas colocavam. E, por óbvio, a literatura internacional sobre a questão lésbica foi bastante importante na produção de conteúdo para as publicações que editei e as traduções que realizei. No caso das traduções, procurei adaptá-las o melhor que pude ao nosso idioma, com o jargão específico da comunidade lésbica e gay de cada época.

JAC: A partir do comentário anterior sobre a alegria de algumas traduções, você considera que a tradução ativista leva o tradutor a se apaixonar pelo tema? Há mais prazer em traduzir textos com os quais há mais identificação pessoal de interesse do tradutor? Seria possível falar em erotismo do texto? Texto que seduz o tradutor no processo de tradução? Poderia comentar sobre isso?

MM: Com certeza, há mais prazer em traduzir textos com os quais você se identifica pessoalmente. O envolvimento emocional com o tema com que se trabalha tende a melhorar o resultado da tradução. Aliás, em qualquer atividade humana, o "trabalhar com o que se gosta" é sonho de todo mundo.

DSR: Você diria que textos lésbicos possuem uma especialidade linguística? Como glossários, dicionários ou léxicos próprios?

MM: Sim, existem dicionários de termos lésbicos com cada vez mais verbetes.

JAC: Em muitos dos conteúdos publicados no portal *Um Outro Olhar*, percebe-se um cuidado na adaptação e tradução de títulos e textos originalmente em inglês, especialmente no que diz respeito a tornar mais visíveis aspectos identitários, históricos ou políticos que podem estar apenas sugeridos no original. Como você enxerga o papel da tradução de explicitação nesse processo? Você considera que explicitar certos

elementos como gênero, orientação sexual ou marcadores de resistência é uma forma de posicionamento político na tradução?

MM: O *Um Outro Olhar* seguiu, a princípio, a mesma estrutura da revista *Um Outro Olhar,* com pequenas adaptações. E, mais recentemente, eu o tenho utilizado fundamentalmente para o resgate das edições do *ChanacomChana* e da história da organização lésbica brasileira. No caso do *CCC*, tenho procurado situá-lo no seu real contexto histórico e político, pois a publicação tem sido vítima de muitos sequestros anacrônicos e distorções e usada para referendar narrativas que nada tem a ver com ela. Pretendo fazer o mesmo com o título *Um Outro Olhar*. Por exemplo: tanto o GALF como o *Chana* foram envolvidos numa narrativa que os vincula a uma suposta luta contra a ditadura militar que nunca existiu. Tanto o grupo quanto sua primeira publicação nascem no período da abertura, da redemocratização do país e nunca tiveram qualquer envolvimento com essa pauta... Também um texto meu, "Roberta Close: homem ou mulher", foi rotulado de *queer* e até como texto fundador do movimento transgênero, sendo que a teoria *queer* sequer existia no período, muito menos a identidade transgênero. No caso das traduções online, segui o mesmo processo do trabalho que tive com as versões impressas dos *CCC-UOO*, como disse anteriormente, procurando adaptá-las ao linguajar específico da comunidade lésbica e gay de cada época. Mas, em geral, sempre fui fiel aos originais que abordei, só adotando maiores modificações quando estritamente necessário. Assim, tanto nos títulos, quanto no conteúdo das traduções, cabe mais falar que os aspectos identitários, históricos ou políticos e elementos como gênero, orientação sexual e sexualidade já estavam presentes nos textos de partida. Não foi necessário um trabalho de desvelamento de algo apenas subentendido. Nesse sentido, me parece que o aspecto político dessas traduções foi a fidelidade aos originais, adaptações linguísticas à parte.

DSR: Uma curiosidade me veio: se fosse para retraduzir hoje esses textos do *CCC* e do *UOO*, os jargões seriam outros? Há uma mudança dos jargões da comunidade lésbica com o tempo? Como você percebe isso? É importante saber disso para a tradução? Por quê? Pode falar um pouco?

MM: Sim, seriam outros, embora o termo "entendida" pareça ter sobrevivido ao tempo, e o termo "sapatão" ganhado uma conotação positiva. Observo que hoje usam também "sáfica", que não era utilizado nos anos 80 e 90, mas não num sentido exatamente lésbico. E, claro, é imprescindível conhecer esses termos para tradução, bem como as gírias lésbicas correspondentes em outros idiomas. O bom é que hoje, com a internet, fica mais fácil encontrar dicionários online de palavras de grupos específicos.

JAC: Pode falar um pouco sobre o que seria para você "ser fiel ao original na tradução"?

MM: Para mim, a Fidelidade está em termos de conteúdo, independente da minha opinião, não no sentido de tradução literal.

DSR: Quais traduções para o português do Brasil você considera fundamentais para a construção de um pensamento lésbico crítico no país? Que textos ou autoras você acredita que ainda faltam ser traduzidos para o português? E há traduções que, ao contrário, você considera terem representado um desserviço para as comunidades LGBT+ por conta de apagamentos, por abordagens normativas que neutralizam ou heteronormatizam conteúdos originalmente dissidentes, ou por leituras distorcidas que despolitizam o texto de partida?

MM: Como respondi na primeira pergunta dessa entrevista, o avanço das teorias pós-modernas, como a *queer*, e seus desdobramentos, tem sido muito negativo para todas as identidades baseadas em sexo e orientação sexual, em particular para as lésbicas. De fato, embora se vendam como progressistas, essas teorias são bem regressistas, retomando a ideia antiga de equacionar o ser mulher ou ser homem à reprodução dos estereótipos de gênero de feminino e masculino e buscando, inclusive, apresentar a homossexualidade como algo ultrapassado, configurando uma nova tentativa de heteronormatização de gays e lésbicas, popularmente conhecida como nova cura gay ou cura gay 2.0. Nesse sentido, para a (re)construção de um pensamento lésbico, vale voltar aos anos 80, sobretudo, e resgatar as autoras clássicas da época como Adrienne Rich, Monique Wittig, Sarah Lucia Hoagland, Audre Lorde. Tenho visto traduções dessas autoras (com exceção da *Ética Lésbica*, da Sarah Lucia) e fico feliz com esse resgate. Houve grande produção lésbica nos anos 80 e ainda 90 que empoderaram várias gerações de mulheres. Analisá-las com atenção, concordando ou não com suas premissas, pode representar uma luz no fim do túnel do heterossexismo "progressista" dos tempos atuais. Obviamente, considero como desserviço ao ativismo lésbico, traduções sobre identidades de gênero e congêneres, se bem que não me cabe propor boicotar perspectiva alguma. Por exemplo, textos que queiram convencer lésbicas masculinizadas de que seriam de fato homens presos no corpo errado. Ou que tentam induzir lésbicas a se relacionarem com pessoas do sexo masculino que milagrosamente teriam virado mulheres e lésbicas.

JAC: Como você enxerga a formação das novas gerações de tradutores? Que características você acredita que definem um(a) tradutor(a) ativista hoje, especialmente no contexto de um projeto político e cultural como o que você constrói há décadas?

MM: Creio que aqui cabe refletir, primeiro, sobre a profissão de tradutor nesses tempos de IA. Acho que, como várias outras profissões, a dos tradutores enfrentará desafios cada vez maiores devido ao avanço acelerado das inteligências artificiais. As toscas traduções do *Google Translator* de poucos anos atrás vêm sendo substituídas por traduções cada vez mais razoáveis. O *DeepL Translate* já se diz capaz de observar nuances estilísticas e contextuais, o que lhe permite se aproximar da tradução humana. Li um artigo da *Época Negócios* do ano passado informando que 4 em cada 10 tradutores estavam perdendo trabalho para a IA, segundo um levantamento da *Society of Authors (SoA),* o maior sindicato de tradutores do Reino Unido. Então, tradutores terão que se

reinventar para conseguir tornar essas novas tecnologias em aliadas em vez de algozes, sejam quais forem suas especialidades em tradução. E isso vale também, claro, para quem traduz textos sobre movimentos sociais. Obviamente, a tradução nessa área exige bastante conhecimento sobre a realidade histórica e atual dos movimentos abordados e objetividade na tradução, independente das afinidades pessoais. Mas, claro, a identificação com o tema ajuda na hora de dar o melhor de si a qualquer trabalho.

DSR: Pensando no futuro da lesbianidade e da tradução no Brasil, como você enxerga o papel da tradução nesse campo? Que tipo de contribuição a tradução ainda pode oferecer para fortalecer os debates e as vivências lésbicas? E, na sua visão, como deveria ser a formação de uma tradutora comprometida com essa tarefa, seja no sentido político, ético ou técnico?

MM: Acho que a tradução em geral continua importante para fazer circular no Brasil a produção e as reflexões de autoras de outros países, seja na tradução de textos, na legendagem de vídeos ou mesmo na interpretação de falas de pessoas em ambiente presencial, o que obviamente ajuda a fomentar os debates sobre os diferentes aspectos das vivências lésbicas e os desafios atuais que elas enfrentam. Embora, com o avanço da IA, como visto anteriormente, possibilitando cada vez mais que qualquer pessoa apresente traduções razoáveis, penso que a tradução realmente profissional, em qualquer especialização, demanda um curso específico que fornecerá informações imprescindíveis não apenas sobre os aspectos técnicos da tradução, mas também os éticos, o que vale igualmente para uma tradutora que queira se especializar na tradução de textos produzidos sobre a lesbianidade em suas várias dimensões.

JAC: A partir do que você acabou de dizer na pergunta anterior, você se considera uma tradutora especialista? Conhece outras tradutoras lésbicas? Conhece outros projetos lésbicos de tradução, no Brasil ou em outra parte do mundo, de coletivos lésbicos ou tradutoras lésbicas?

MM: Dos anos 80 até 2000, poderia me definir nesses termos em função de todas as traduções que fiz nas publicações que editei. Para trabalhar hoje com essa temática, teria que me reciclar. Tenho visto muitos textos traduzidos, de escritoras lésbicas clássicas, mas não conheço pessoalmente quem os traduz. Conheço também umas gurias do Acervo Les que fazem legendagem de filmes lésbicos. Igualmente, existem empresas de tradutores LGBT em nível internacional. Do ponto de vista acadêmico, constato que vocês e outros pesquisadores vêm escrevendo sobre o tema.

DSR: Míriam, muito obrigado pelas respostas.

JAC: Muito obrigado!

MM: Eu que agradeço. Foi um prazer.